

EPR Engenharia 4 S.A.

Demonstrações financeiras

Período de 19 de setembro de 2025 a 31
de dezembro de 2025

EPR Engenharia 4 S.A.

Demonstrações financeiras

Período de 19 de setembro a 31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório da administração	2
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



Relatório da Administração 2025

São Paulo (SP), 29 de janeiro de 2026 – A EPR Engenharia 4 S.A. ("Companhia") divulga seus resultados referentes ao período de quatro meses findos em 31 de dezembro de 2025.

EPR Engenharia 4 S.A.

A EPR Engenharia 4 S.A. foi constituída em 19 de setembro de 2025, tendo por objeto social a prestação de serviços especializados na área de engenharia, incluindo gerenciamento, fiscalização, supervisão e administração de obras em geral. Estes serviços são direcionados exclusivamente para partes relacionadas, dentro do grupo empresarial ao qual pertence.

Grupo EPR

A Companhia possui a EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A. (EPR Infra Lote 6) e a EPR Participações S.A. ("EPR") como acionistas. A EPR é uma plataforma de investimentos em concessões de rodovias e mobilidade, com o propósito de prestar serviços a usuários, administrar e realizar investimentos para modernização e manutenção de rodovias concedidas pelo Poder Público, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua. A empresa é a consolidação da parceria da Equipav, com mais de 60 anos de experiência em infraestrutura, com a Perfin, gestora de fundos de investimentos em infraestrutura.

Destaques

- A receita com a prestação de serviços de engenharia da Companhia foi de R\$ 16,3 milhões de reais em dezembro de 2025, já líquido de impostos.

Governança Corporativa

Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem como atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; eleger e destituir membros da Diretoria; convocar assembleia geral ordinária e extraordinária; manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; entre outras atribuições.

Declaração da Administração

A administração da EPR Engenharia 4 S.A. é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais para o exercício social findo de 31 de dezembro de 2025. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Nesse sentido, a administração assegura que as demonstrações financeiras apresentadas refletem de forma fiel a situação patrimonial e financeira da entidade, os resultados de suas operações e os fluxos de caixa, de acordo com os princípios contábeis aceitos. A administração também afirma que todas as informações necessárias para a completa compreensão da situação da entidade foram fornecidas,



e que não há omissões relevantes que possam prejudicar a transparência e a compreensão das demonstrações financeiras.

Por fim, a administração da EPR Engenharia 4 S.A. agradece sinceramente aos nossos acionistas, colaboradores, parceiros e demais partes interessadas pelo apoio contínuo e pela confiança depositada em nossa gestão. A transparência, o comprometimento com os melhores padrões de governança e o esforço coletivo de nossa equipe foram fundamentais para o desempenho alcançado em 2025. Continuamos comprometidos em oferecer informações claras e precisas, sempre com o objetivo de promover o crescimento sustentável da Companhia e o fortalecimento das relações com nossos parceiros.

EPR Engenharia 4 S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025
(Em Milhares de Reais)

ATIVOS	Nota explicativa	2025
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	4	0,10
Partes relacionadas	5	16.805
Total dos ativos circulantes		16.805
TOTAL DOS ATIVOS		16.805
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE		
Obrigações fiscais	6	504
Proposta de dividendos a pagar	7	4.076
Total dos passivos circulantes		4.580
TOTAL DOS PASSIVOS		4.580
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	8	0,10
Reserva de capital	8	0,02
Reserva de lucros	8	12.225
Total do patrimônio líquido		12.225
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EPR Engenharia 4 S.A.

Demonstração dos resultados do período

Período de 19 de setembro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

(Em Milhares de Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2025</u>
Receita operacional líquida	9	16.300
Custo dos serviços prestados		-
LUCRO BRUTO		16.300
Despesas gerais e administrativas		-
LUCRO OPERACIONAL		16.300
Receitas financeiras		-
Despesas financeiras		-
RESULTADO FINANCEIRO		-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS		16.300
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes		-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		16.300
RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	10	161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EPR Engenharia 4 S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes do período
 Período de 19 de setembro de 2025 a 31 de dezembro de 2025
 (Em Milhares de Reais)

	<u>2025</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	16.300
RESULTADOS ABRANGENTES	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u><u>16.300</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EPR Engenharia 4 S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Período de 19 de setembro de 2025 a 31 de dezembro de 2025
(Em Milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva de Lucros</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
Constituição da Companhia em 19 de setembro de 2025	8	0,10	-	-	-	0,10
Constituição de reserva legal	8	-	0,02	-	(0,02)	-
Lucro líquido do período		-	-	-	16.300	16.300
Proposta de dividendos mínimos	7	-	-	-	(4.075)	(4.075)
Constituição de reserva de lucros	8	-	-	12.225	(12.225)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		<u>0,10</u>	<u>0,02</u>	<u>12.225</u>	<u>-</u>	<u>12.225</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EPR Engenharia 4 S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em Milhares de Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2025</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes dos tributos		16.300
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Partes relacionadas	5	(16.805)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Obrigações fiscais	6	504
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>-</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-
Caixa líquido (utilizados nas) gerado pelas atividades operacionais		<u>-</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital social e reserva de capital	8	<u>0,10</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		<u>0,10</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>0,10</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	4	<u><u>0,10</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EPR Engenharia 4 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A EPR Engenharia 4 S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, de propósito específico estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Aracy Tanaka Biazetto, nº 11.458, Cascavel – PR, Brasil.

A Companhia foi constituída em 19 de setembro de 2025, com o objetivo social de prestar serviços especializados na área de engenharia, incluindo gerenciamento, fiscalização, supervisão e administração de obras em geral. Estes serviços são direcionados exclusivamente para partes relacionadas, dentro do grupo empresarial ao qual pertence. A principal fonte de receita da Companhia provém do recebimento pelos serviços prestados às empresas do grupo.

Segmento Operacional

O segmento operacional da Companhia abrange uma gama de atividades relacionadas à engenharia e à gestão de obras, incluindo o planejamento, execução, fiscalização e supervisão de projetos. A Companhia atua de maneira estratégica, oferecendo soluções integradas para a realização de obras, sempre com foco na qualidade e no cumprimento dos prazos. Seu modelo de operação é voltado para a prestação de serviços exclusivamente para as empresas do grupo, sendo assim, conclui que atua nesse único segmento operacional.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

A demonstração financeira foi preparada de acordo com as práticas contábeis adotadas pela lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as divulgações das Sociedades Anônimas no Brasil e em conformidade com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A emissão da demonstração financeira foi autorizada pela diretoria em 29 de janeiro de 2026.

Todas as informações relevantes próprias da demonstração financeira, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela diretoria na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

A demonstração financeira individual foi preparada com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na Nota 11.

EPR Engenharia 4 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Receitas de contratos com clientes

A Companhia reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir:

As receitas operacionais são reconhecidas quando da prestação dos serviços especializados na área de engenharia, incluindo gerenciamento, fiscalização, supervisão e administração de obras em geral.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

3.2 Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

EPR Engenharia 4 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

3.3 Capital social

(i) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

3.4 Tributos sobre prestações de serviços

Para o PIS e COFINS, a Companhia é enquadrada no regime cumulativo, dessa forma, as alíquotas aplicáveis sobre a receita operacional de PIS e COFINS são 0,65% e 3%, respectivamente. Durante o ano de 2024, a Companhia prestou serviços entre partes relacionadas, que estão enquadradas no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura “REIDI”, que tem como objetivo a desoneração da implantação de projetos de infraestrutura por meio da suspensão da incidência das contribuições de PIS e COFINS sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços, destinadas à utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas aos bens reversíveis ao poder concedente, sendo assim, sem o fato gerador para as contribuições de PIS e COFINS. Com relação ao ISS, a alíquota aplicável aproximada é de 3%

3.5 Resultado por ação

O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O Resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustadas por todas as potenciais ações ordinárias com efeito de diluição.

EPR Engenharia 4 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

3.6 Questões climáticas

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que a Companhia acredite que seu modelo de negócios e produtos ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras. Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas.

3.7 Eventos após o período do relatório

Se a Companhia receber informações após o período de relatório, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final do período de relatório, ele avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais. A Companhia ajustará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras para refletir quaisquer eventos de ajuste após o período de relatório e atualizará as divulgações relacionadas a essas condições à luz das novas informações. Para eventos que não originam ajustes após o período de relatório, a Companhia não alterará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais, mas divulgará a natureza do evento que não origina ajustes e uma estimativa de seu efeito financeiro, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita, se aplicável.

3.8 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 19 de setembro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma).

- Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança especifica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis

EPR Engenharia 4 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

3.9 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

EPR Engenharia 4 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo o CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congeraçadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

- IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

EPR Engenharia 4 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

- Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge

EPR Engenharia 4 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>
Caixa e contas bancárias	0,10
Total	<u>0,10</u>

5. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo a receber com partes relacionadas refere-se a prestação de serviços de engenharia, realizados em dezembro de 2025 entre as empresas do grupo, veja quadro abaixo

	<u>2025</u>
Ativo Circulante	
EPR Iguaçu S.A.	12.055
EPR Via Mineira S.A.	4.750
Total	<u>16.805</u>

6. Obrigações fiscais

	<u>2025</u>
ISS a recolher	504
Total	<u>504</u>

EPR Engenharia 4 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

7. Dividendos Propostos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo para a proposta de dividendos mínimos obrigatórios está assim composta.

	<u>2025</u>
Lucro líquido do exercício	16.300
(-) Destinação para a reserva legal	(0,02)
Lucro ajustado	<u>16.300</u>
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	4.075
Dividendos por ação	<u>40</u>

8. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 19 de setembro de 2025, a Companhia foi constituída com a subscrição de 101 (cento e uma) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas por R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o total de R\$ 101,00 (cento e um reais), e a integralização total dessas ações pelos acionistas

<u>2025</u>				
<u>Sócios</u>	<u>Tipo de Ação</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.	Ordinárias	100	0,100	99,01%
EPR Participações S.A.	Ordinárias	1	0,001	0,99%
		<u>101</u>	<u>0,101</u>	<u>100%</u>

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que o lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. As utilizações possíveis dessa reserva estão constituídas no artigo 200 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 31 de dezembro de 2025 a reserva legal correspondia a R\$ 0,02.

c) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo para a proposta dos dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

EPR Engenharia 4 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>
Lucro líquido do exercício	16.300
(-) Reserva legal (5%)	-0,02
Base para distribuição de dividendos	16.300
Proposta de dividendos mínimos obrigatórios (25%)	4.075
9. Receita operacional líquida	
	<u>2025</u>
Receitas Operacionais	
Receita de serviços prestados	16.804
Receita Bruta	16.804
Deduções da Receita	
Tributos sobre receita de serviços prestados	(504)
Receita Operacional Líquida	16.300
10. Resultado por ação	
	<u>2025</u>
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	16.300
Média ponderada das ações ordinárias	0,10
Resultado básico e diluído por ação – R\$	161

11. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

Risco de crédito; Risco de liquidez e Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A diretoria é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à diretoria sobre as suas atividades.

EPR Engenharia 4 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

b) Risco de crédito

A Companhia visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	<u>2024</u>
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	0,10
Contas a receber - Partes relacionadas (Nota 5)	16.805
Total	<u><u>16.805</u></u>

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2025, passivos financeiros com risco de liquidação.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

e) Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno e o risco para quotistas e credores.

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

EPR Engenharia 4 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros:

	Classificação	2024	
		Contábil	Valor Justo
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	2	0,10	0,10
Partes relacionadas (Nota 5)	2	16.805	16.805
		16.805	16.805

A Classificação dos instrumentos financeiros mencionados no quadro acima, tem a seguinte definição:

Classificação 1 – Mensurados a valor justo por meio de resultado

Classificação 2 – Custo amortizado

Assinado por:

Lucas Maia

3F9B913E3EB5482...

Lucas de Castro Maia
Gerente de Contabilidade
CRC – MG-106304/O

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 9AA1E710-331A-4895-836E-3AAD4470CD10

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: EPR Engenharia 4 S.A. - Demonstrações Financeiras 2025.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 21

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 4

Rubrica: 0

Anna Karolina de Carvalho Bragagnolle

Assinatura guiada: Ativado

R COMENDADOR ARAUJO

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

NÚMERO 499

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

CURITIBA, PR 80.420-000

anna.bragagnolle@epruldeminas.com.br

Endereço IP: 179.108.123.233

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Anna Karolina de Carvalho Bragagnolle

Local: DocuSign

29/01/2026 14:51:09

anna.bragagnolle@epruldeminas.com.br

Eventos do signatário

Assinatura

Registro de hora e data

Lucas Maia

lucas.maia@gruopoepr.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinado por:

 3F9B913E3EB5482...

Enviado: 29/01/2026 14:51:56

Visualizado: 29/01/2026 14:52:30

Assinado: 29/01/2026 14:52:38

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 2804:14c:72:82d2::1000

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09/01/2025 09:43:30

ID: a771f808-1903-47ac-8924-65748c6cb944

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Carimbo de data/hora

Envelope enviado

Com hash/criptografado

29/01/2026 14:51:56

Entrega certificada

Segurança verificada

29/01/2026 14:52:30

Assinatura concluída

Segurança verificada

29/01/2026 14:52:38

Concluído

Segurança verificada

29/01/2026 14:52:38

Eventos de pagamento

Status

Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, EPR LITORAL PIONEIRO S.A. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact EPR LITORAL PIONEIRO S.A.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: norberto.prataviera@eprlpioneiro.com.br

To advise EPR LITORAL PIONEIRO S.A. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at norberto.prataviera@eprlpioneiro.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from EPR LITORAL PIONEIRO S.A.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to norberto.prataviera@eprlpioneiro.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with EPR LITORAL PIONEIRO S.A.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to norberto.prataviera@eprlpioneiro.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify EPR LITORAL PIONEIRO S.A. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by EPR LITORAL PIONEIRO S.A. during the course of your relationship with EPR LITORAL PIONEIRO S.A..